



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2025 COMPASNET Nº 90019/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 7744/2024

UASG: 080014

OBJETO: Contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de frota de veículos, mediante Sistema Informatizado

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 236.306,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 04/12/2025 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Maior desconto

MODO DE DISPUTA:
Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM



A adesão do TRT da 4ª Região ao
Programa Nacional de Prevenção à Corrupção
reforça o compromisso institucional com a transparência, a ética e a integridade.

[Acesse aqui o Guia de Conduta de Ética e Integridade para Licitantes, Fornecedores e Contratados](#)



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
8. DOS RECURSOS	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DA CONTRATAÇÃO	23
12. DO PAGAMENTO	23
13. DO REAJUSTAMENTO	25
14. DA PROTEÇÃO DE DADOS	25
15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Coordenadoria de Licitações e Contratos
PROAD 7744/2024
UASG 080014

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO** (TRT da 4ª Região), por meio da Coordenadoria de Licitações Contratos, sediado na Av. Praia de Belas nº 1.100, em Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.520.619/0001-52, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de frota de veículos, mediante Sistema Informatizado, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

Item	Descrição	Valor total estimado (R\$)	Desconto - Percentual mínimo admitido
1	Prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, utilizando a implantação e a operação de <u>um sistema informatizado e integrado, via internet</u> , compreendendo o orçamento de materiais e serviços especializados de manutenção, por meio de rede de lojas e oficinas credenciadas, pela contratada, para atender aos veículos oficiais da frota do TRT4, na capital e na região metropolitana de Porto Alegre.	R\$ 236.306,00	0,87%

1.2. O sistema deverá ser implementado em até **10 dias úteis** após a assinatura do contrato, com o início da prestação dos serviços no mesmo prazo.

1.3. O prazo de vigência do contrato, decorrente desta licitação, terá início com sua assinatura e encerra-se no prazo de **24 meses** contados da data de início da prestação dos serviços, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



1.4. A Contratada deverá apresentar, **no prazo de 10 dias contados da assinatura do contrato**, uma lista de sua **rede credenciada, capaz** de atender às marcas dos veículos descritas no Anexo II do Termo de Referência **com, no mínimo**:

a) 3 (três) oficinas mecânicas e 3 (três) lojas de autopeças no município de Porto Alegre/RS para cada marca de veículo descrita no Anexo II referido no subitem 1.4.

a.1) *Para atendimento do quantitativo do caput da alínea “a”, um mesmo estabelecimento poderá atender a mais de uma marca.*

b) 2 (duas) concessionárias para cada marca de veículos descrita no Anexo II referido no subitem 1.4, credenciadas na **região metropolitana**, sendo que:

b.1) *No mínimo 1 (uma) concessionária credenciada de cada marca de veículos deverá estar em Porto Alegre, quando a marca possuir representação no município.*

b.2) *Se não houver representação da marca na região metropolitana de Porto Alegre, as concessionárias precisarão estar disponíveis no Estado do Rio Grande do Sul, no município mais próximo da capital.*

b.3) *As 2 (duas) concessionárias mencionadas na alínea “b” podem ser contabilizadas para o cumprimento dos quantitativos mínimos de oficinas e lojas de autopeças da alínea “a”.*

b.4) *Sempre que possível, será exigido que as concessionárias credenciadas sejam de diferentes grupos empresariais.*

c) Na hipótese de o Contratante incluir veículos na frota com marca(s) não prevista(s) inicialmente no Anexo II e que demande(m) o credenciamento de novos estabelecimentos, a Contratada terá o prazo de trinta dias, contados da comunicação formal da inclusão, para providenciar o credenciamento de sua rede para atendimento à(s) nova(s) marca(s). A inclusão de marca(s) não prevista(s) inicialmente deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

1.5. Os serviços de garantia poderão ser prestados pelo fabricante do equipamento, pela rede de assistência técnica autorizada ou diretamente pela licitante, sempre sob responsabilidade desta última, na forma definida no subitem 7.3 do Termo de Referência.

1.6. As demais condições e especificações constam no Termo de Referência mencionado no subitem 1.1.

1.7. Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema Portal de Compras do Governo Federal e as que constam neste Edital, prevalecem as especificações do Edital.

1.8. Na hipótese de haver divergência entre os termos do presente Edital e os termos do Anexo I do Edital - Termo de Referência, prevalece o disposto no presente Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Em caso de dúvidas relativas ao sistema “Portal de Compras do Governo Federal”, as interessadas devem entrar em contato com as Centrais de Atendimento “Portal de Compras do Governo Federal” ou “SIASG” pelo telefone 0800-9789001.

2.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#) e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;

2.6.6. servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da



Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no procedimento licitatório;

- 2.6.7. o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;
- 2.6.8. o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;
- 2.6.9. cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos agentes públicos referidos nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7 e 2.6.8.
- 2.6.10. pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários as pessoas referidas nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8 e 2.6.9.
- 2.6.11. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com as pessoas referidas nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8 e 2.6.9;
- 2.6.12. empresas que não atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente pregão;
- 2.6.13. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 2.6.14. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do TRT da 4ª Região, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021](#).

2.7. A vedação descrita nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8, 2.6.9, 2.6.10 e 2.6.11 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (conforme §3º do art. 2º da [Resolução CNJ nº 7/2005](#) e § 1º do art. 7º do Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 - [Portaria GP.TRT4 Nº 4.573/2023](#)).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **percentual de desconto**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (**dia 04/12/2025 às 11h**).

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



3.3.5. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.3.5.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, nos termos do [artigo 51 da Lei nº 123/2006](#).

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.



3.11. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Percentual de desconto;**

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,1% (um décimo por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538/2015](#).

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. empresas brasileiras;

5.16.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, devendo apresentar a devida comprovação desta condição junto com os documentos de habilitação.

5.16.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187/2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.17.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **conforme Anexo II do Edital - Modelo de Proposta**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A classificação das propostas será apurada pelo critério de **maior desconto**.

6.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- d) Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo), mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
(<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>).

6.3. Fica a licitante ciente de que, na fase de verificação da regularidade da licitante (habilitação), será efetuado consulta ao **CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal)** e, constatando irregularidade, será notificada para que solucione as pendências, sob pena de, após a adjudicação do objeto e a homologação do certame, ser impedida de celebrar a contratação ou emitir a Nota de Empenho. Nova consulta será efetuada após a homologação do certame e, persistindo as pendências, será novamente notificada, sendo-lhe concedido o prazo de **10 (dez) dias úteis** para comprovar a regularização da situação.

6.3.1. Será realizada, ainda, consulta ao CADIN em eventuais aditivos contratuais e, caso verificadas pendências naquele Cadastro, será a contratada notificada para que comprove a regularização, no prazo de **10 dias úteis**, prorrogáveis a critério da Administração, sob pena de não celebração do respectivo aditivo.

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

6.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([art. 29, caput, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#))

6.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([art. 29, §1º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

6.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([art. 29, §2º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

6.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 e alínea “d.2” do item 7.1 deste edital.

6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.9.1. conter vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, são os que seguem:

a) Habilitação Jurídica, conforme o caso:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.3) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a.4) decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

b.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta relativa a tributos federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil;

b.2) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a qual deverá incluir todos os tributos estaduais;

b.3) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

b.4) prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

b.5) prova de regularidade com as obrigações trabalhistas, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida no portal do TST.

c) Qualificação Técnica:

c.1) atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) esteja expressa a aptidão técnica do interessado no ramo de atividade objeto da contratação;

c.1.1) O licitante deverá comprovar a prestação de serviço de gerenciamento de manutenção de frota, com **no mínimo dezessete veículos**, com sistema informatizado, em contrato com vigência de, no mínimo, doze meses.

c.1.2) A organização emitente do atestado de capacidade técnica deverá ser usuária do objeto fornecido, não sendo aceitos atestados emitidos por quaisquer intermediários.

d) Qualificação Econômico-Financeira



d.1) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

d.2) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar expressamente, na forma do **Anexo III** do Edital, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, admitindo-se que a declaração ocorra por meio do chat de mensagem do sistema durante a sessão pública.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([art. 7º, caput, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).



7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([art. 7º, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#), e [art. 39, §4º](#), da [IN SEGES/ME nº 73/2022](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo máximo de 10 minutos;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o curso do processo licitatório;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a defesa escrita, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar com a União e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 a multa será de 2% do valor total do lance, limitada a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por ocorrência.

9.3.7. Na hipótese de atraso na entrega do bem e/ou da prestação do serviço, a contratada estará sujeita à aplicação de multa moratória diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação objeto do atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

9.3.8. Na hipótese de atraso na conclusão dos chamados de garantia, a contratada estará sujeita à aplicação de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação objeto do atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

9.3.9. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato.

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).



9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º, da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

9.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados pela Portaria GP.TRT4 nº 3.822/2022, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.14. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

9.15. A defesa escrita e os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço dq@trt4.jus.br.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@trt4.jus.br até às 23h59min do último dia do prazo.



10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no *site* deste Tribunal, no link <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>, ficando as interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação do objeto será efetivada mediante assinatura do instrumento de contrato, cuja minuta encontra-se anexa, após a homologação da presente licitação.

11.1.1. Fica estabelecido o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da comunicação deste Tribunal, para a licitante assinar o contrato decorrente desta licitação, o qual, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, constitui, neste procedimento, documento hábil à formalização da contratação do objeto.

11.2. Como condição para contratação, prorrogações e acréscimos contratuais, a licitante vencedora deste certame deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista. Na hipótese de as provas de regularidade não se encontrarem disponíveis nas respectivas homepages, a licitante deverá providenciar sua emissão no prazo máximo de 10 dias úteis contados da intimação deste Tribunal.

11.3. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não assinar o contrato no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, não apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

11.4. Ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, este Tribunal reserva-se o direito de convocar outra licitante para firmar a contratação, observada a ordem de classificação.

11.4.1. A licitante eventualmente convocada, na hipótese do disposto no *caput* deste item, caso aceite a convocação, ficará sujeita às mesmas obrigações e penalidades.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento pelos **serviços efetivamente prestados/peças e materiais efetivamente utilizados**, subtraído do percentual de desconto oferecido, será realizado mensalmente, mediante crédito



em conta corrente bancária indicada pela contratada, após a apresentação do documento fiscal correspondente, e dos procedimentos a seguir estabelecidos, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.

12.2. A contratada emitirá, mensalmente, nota fiscal contendo os valores totais dos serviços de mão de obra executados e das peças e materiais utilizados em serviços pela rede de oficinas mecânicas credenciadas, discriminando, também, o desconto ajustado.

12.3. Juntamente com a nota fiscal emitida pela contratada, deverão ser encaminhadas ao Tribunal a ordem de serviço ou autorização emitida pelo gestor, bem como as notas fiscais das credenciadas, com a discriminação do valor dos serviços, peças e materiais.

12.4. A contratada deverá apresentar, ainda, um relatório analítico do período faturado, discriminando as manutenções realizadas.

12.5. O pagamento ocorrerá de acordo com os seguintes prazos e dinâmica:

12.5.1. A contratada terá até o 5.º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para apresentação da nota fiscal/fatura.

12.5.2. O Tribunal terá dez dias úteis, após o ateste do gestor sobre as notas fiscais recebidas, para enviar a fatura para liquidação, desde que atendidos todos os requisitos estipulados neste documento.

12.5.3. Em caso de incorreções no documento fiscal ou nos documentos obrigatórios que o acompanham (ordem de serviço, orçamento), o referido prazo será retomado após apresentação do documento devidamente corrigido, cabendo à empresa promover todas as correções solicitadas pelo gestor, desde que reflitam exigências previamente estabelecidas.

12.6. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para ateste, liquidação e pagamento.

12.6.1. A contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento. Por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, a contratada terá acesso ao SIGEO - JT e, pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

12.7. Na hipótese de a proposta ser apresentada pela matriz e o faturamento for realizado por CNPJ de filial, ou vice-versa, tal condição deverá constar expressamente da proposta, na qual deverão ser informados os respectivos números de CNPJ, bem como a licitante deverá encaminhar, para fins de habilitação, as provas de regularidade fiscal pertinente a ambos os números.

12.8. Para empresas optantes pelo SIMPLES - Sist. Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a retenção dos tributos referidos no subitem 12.1 somente deixará de ser efetuada caso a licitante apresente, juntamente com o documento fiscal do primeiro pagamento, a declaração de opção, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, art. 4º, inciso XI, e art. 6º. Havendo alteração na situação declarada, durante



a vigência da contratação, a contratada deverá informar ao Tribunal, sob pena das cominações previstas na legislação tributária e criminal.

12.9. A forma de pagamento referida no subitem 12.1 deste item é cláusula indisponível à licitante, sendo que qualquer outra forma de pagamento porventura disposta na proposta será desconsiderada.

12.10. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

12.11. No caso de os documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista estiverem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a licitante deverá providenciar a regularização.

12.12. Na eventualidade de atraso no pagamento entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos por este TRT:

a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;

b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e

c) atualização financeira pelo IGP-DI.

12.13. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da contratada para o atraso no pagamento.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. As regras para reajustamento dos valores contratuais estão previstas na minuta do contrato.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As regras para proteção de dados estão previstas na Minuta do Contrato.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. As regras para gestão e fiscalização do contrato estão previstas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.



16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. É vedada a subcontratação do objeto.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TRT da 4ª Região.

16.9. A contratada, o preposto e os empregados, vinculados à presente contratação, deverão conhecer e observar a Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023, que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

16.10. Os procedimentos de assinatura de documentos do processo serão feitos via Portal PROAD (Processo Administrativo deste TRT), mediante cadastramento prévio do representante legal da licitante junto ao TRT da 4ª Região.

16.10.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo e o uso das senhas, não cabendo ao TRT da 4ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das senhas, ainda que por terceiros.

16.11. Todas as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados para este Tribunal no Orçamento Geral da União para o(s) exercício(s) de 2025 a 2027, Programa de Trabalho: 168123 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Classificação: 3390391900 - manutenção e conservação de veículos, os quais serão discriminados nas respectivas notas de empenho.

16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>.

16.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



16.14.1. **ANEXO I DO EDITAL**- Termo de Referência

16.14.1.1. Anexo I do Termo de Referência - Formulário de Pesquisa de Preços

16.14.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Frota de Veículos do TRT da 4.ª
Região em Operação

16.14.1.3. Anexo III do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar

16.14.2. **ANEXO II DO EDITAL** - **Modelo de Proposta**

16.14.3. **ANEXO III DO EDITAL** - Declaração ME-EPP

16.14.4. **ANEXO IV DO EDITAL** - Minuta de Contrato

16.14.4.1. Anexo único da minuta de contrato - Frota de Veículos do TRT da 4.ª
Região em Operação

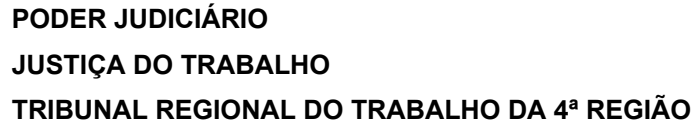
Porto Alegre/RS, 17 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

KARINA DURIGON

Coordenadora de Licitações e Contratos





5.4. Disponibilizar os manuais da plataforma via internet, em formato eletrônico (PDF), no idioma português.

Nota: A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável (artigo 2º). Logo, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações não se refere apenas à inserção de especificações no objeto que tratem de questões ambientais, mas sim como um conceito mais amplo, que abrange aspectos econômicos, sociais e culturais.

6.1. A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

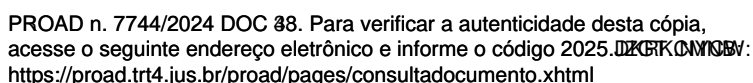
(X) Sim - Discrimine a seguir: as oficinas parceiras da empresa contratada deverão observar o disposto na Portaria ANP n.º 943/2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado.

7.1. Prazos e Condições:

7.1.2 Por se tratar de serviços contínuos, o contrato terá vigência de vinte e quatro meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

7.2.1 Dos Serviços de Administração e do Sistema de Manutenção da Frota

7.2.1.1.1 implantar e operacionalizar, junto ao Tribunal, um sistema informatizado, via internet, por meio de rede de lojas e oficinas credenciadas pela contratada, para atender os veículos oficiais da frota do TRT4, propiciando ao contratante gestão e controle detalhado das informações. O sistema de manutenção de frota de veículos, gerido pelo Tribunal e pela contratada, por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreende o atendimento, orçamento detalhado





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 7.2.3.1.12 lubrificação, filtros e fluidos: consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, da caixa de câmbio, do diferencial e da direção hidráulica. Substituição dos filtros de óleo e de combustível, além dos fluidos de freio e arrefecimento e todos os outros serviços e materiais afins;
- 7.2.3.1.13 lavagem técnica: consiste nos serviços de polimento, enceramento, cristalização, com aplicação de desengraxantes, silicone, de motor e de chassi e todos os outros serviços afins;
- 7.2.3.1.14 acessórios: consiste nos serviços de instalação, reparo, substituição e verificação de todos os acessórios do veículo, dispositivos luminosos, de imagem ou sonoros, com substituição de peças e todos os outros serviços/materiais afins;
- 7.2.3.1.15 chaveiro: consiste nos serviços de abertura de portas de veículos, assim como na confecção de cópias de chaves simples, codificadas ou de cartões de ignição automotivos, substituição de pilhas de controles remotos, conserto de fechaduras de portas de veículos, de ignição e todos os outros serviços/materiais afins;
- 7.2.3.1.16 serviço de diagnóstico de defeitos mecânicos, elétricos ou eletrônicos;
- 7.2.3.1.17 outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos necessários, ou por orientação do Tribunal, desde que a natureza esteja contemplada no objeto da contratação.

7.3. Serviços de Garantia:

- 7.3.1 Os serviços poderão ser prestados pelo fabricante do equipamento, pela rede de assistência técnica autorizada ou diretamente pela licitante, sempre sob responsabilidade desta última.
- 7.3.2 Serviços e peças de retífica de motor e seus sistemas, caixa de câmbio, diferencial, sistema de direção hidráulica, sistema de ar condicionado deverão ter garantia mínima de cento e oitenta dias ou 15.000 km (o que ocorrer por último).
- 7.3.3 Serviços e peças de lanternagem e pintura deverão ter garantia mínima de trezentos e sessenta e cinco dias.
- 7.3.4 Demais serviços e peças, exceto baterias automotivas, deverão ter garantia mínima de noventa dias ou 5.000 km (o que ocorrer por último).
- 7.3.5 Baterias automotivas deverão ter garantia mínima de trezentos e sessenta e cinco dias.
- 7.3.6 Os serviços serão solicitados pelo Tribunal mediante abertura de chamado, via chamada telefônica local ou DDG, *e-mail* ou internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer, no mínimo das 8h às 19h, em dias úteis.

7.4. Deveres e Responsabilidades do Tribunal:

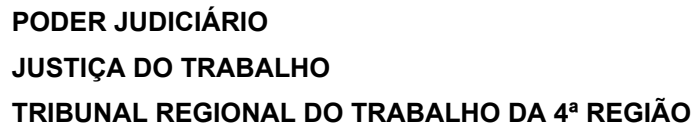




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 7.5.27 O prazo para as conveniadas fornecerem os orçamentos deve ser de, no máximo, cinco dias úteis; caso contrário, no mesmo prazo, a empresa gerenciadora deverá formalmente justificar, por *e-mail*, o motivo do não fornecimento das propostas;
- 7.5.28 Os valores cobrados pelas empresas credenciadas precisam ser compatíveis com os preços de mercado para o fornecimento de peças e o reparo de veículos. No caso de revisões de carros ainda na garantia, realizadas em concessionárias, os orçamentos devem seguir os preços tabelados pelos fabricantes, sem a inclusão de valores extras.
- 7.5.29 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 125 da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.5.30 Fiscalizar a execução dos serviços solicitados, gerando relatórios que contenham as informações necessárias à identificação dos veículos objeto da manutenção, os laudos técnicos dos problemas apresentados e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação da troca de peças e demais equipamentos e/ou serviços aplicados.
- 7.5.31 Verificar as instalações, os equipamentos e quaisquer outras ferramentas utilizados, por suas credenciadas, para a execução dos serviços, observando as melhores técnicas de execução, de acordo com as especificações de fábrica e detalhes solicitados e/ou aprovados pelo Tribunal.
- 7.5.32 Apontar, bem como executar, tudo o que não for explicitamente mencionado, quaisquer defeitos ou problemas constatados, mesmo que não haja informação por parte do Tribunal, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que oportunamente aprovados pelo fiscal do contrato.
- 7.5.33 Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos devem ser estabelecidos de comum acordo com a contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, a Tabela Temporária (quando nela definido) e as condições mercadológicas. Contudo, os serviços simples e/ou de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de quarenta e oito horas, sendo que para as manutenções corretivas, o prazo não poderá ser superior a cento e vinte horas, contadas a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços que demandem maior tempo, desde que previamente



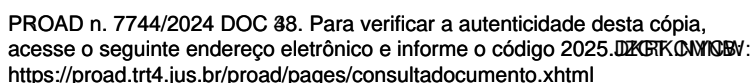


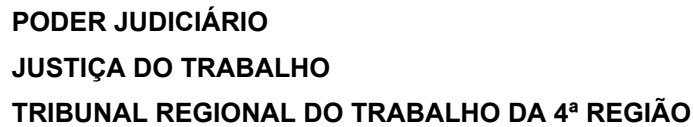
- 7.5.34 Apresentar, no prazo máximo de dez dias, contados da assinatura do contrato, uma lista de sua rede credenciada com, no mínimo, trinta oficinas mecânicas e trinta lojas de autopeças no município de Porto Alegre/RS e dez oficinas mecânicas e dez lojas de autopeças na região metropolitana de Porto Alegre, capazes de atender às marcas dos veículos descritas no Anexo II deste termo de referência.
- 7.5.35 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal.
- 7.5.36 Relatar ao Tribunal toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 7.5.37 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Tribunal, não eximirá a contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 7.5.38 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

- 8.2.1.1 organizar a reunião inicial;
- 8.2.1.2 encaminhar alterações contratuais;
- 8.2.1.3 controlar prazos e indicadores contratuais;
- 8.2.1.4 atestar notas fiscais;
- 8.2.1.5 tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- 8.2.1.6 realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- 8.2.1.7 verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.





- 9.4.1 A contratada terá até o 5.º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para apresentação da nota fiscal/fatura.
- 9.4.2 O Tribunal terá dez dias úteis, após o ateste do gestor sobre as notas fiscais recebidas, para enviar a fatura para liquidação, desde que atendidos todos os requisitos estipulados neste documento.
- 9.4.3 Em caso de incorreções no documento fiscal ou nos documentos obrigatórios que o acompanham (ordem de serviço, orçamento), o referido prazo será retomado após apresentação do documento devidamente corrigido, cabendo à empresa promover todas as correções solicitadas pelo gestor (Chefe da Divisão de Transportes), desde que reflitam exigências previamente estabelecidas.
- 9.5.** O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será creditado, mensalmente, em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.
- 9.6.** A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
 - 9.6.1 Por meio da URL <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao *link* do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

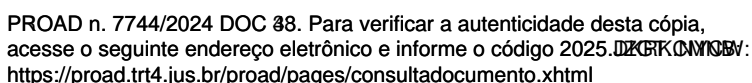
10 REAJUSTE CONTRATUAL

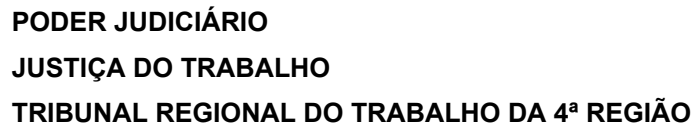
- 10.1.** Os critérios de reajuste serão previstos no edital e/ou no contrato.

11 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 236.306,00, para vinte e quatro meses.**

Descrição da Despesa Estimada	Percentual	Valor [R\$]
Média das despesas em 2023 e 2024 (corrigida mês a mês, pelo INPC, até agosto/2025).		R\$ 112.019,64
Inflação prevista para os anos de 2026	4,33%	R\$ 116.870,09
Inflação prevista para os anos de 2027	3,97%	R\$ 121.509,83
Somatório para vinte e quatro meses		R\$ 238.379,91
Desconto mínimo estimado	- 0,87%	- R\$ 2.073,91
Valor total estimado	<u>R\$ 236.306,00</u>	





12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de Seleção
(X) Pregão Eletrônico
() Concorrência
() Dispensa de Licitação
() Outra:

Hipóteses para utilização do Sistema de Registro de Preços:

() Necessidade de contratações permanentes ou frequentes devido às características do objeto.

() É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa.

() É conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

() Não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, devido à natureza do objeto.

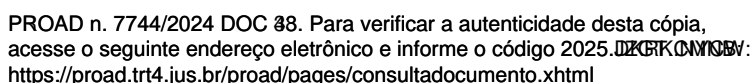
Execução de obras e serviços de engenharia:

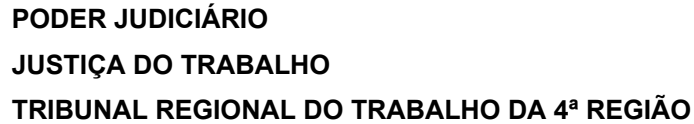
() Existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

() Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

(X) Não será utilizado Sistema de Registro de Preços.

Critério de Julgamento	
<input type="checkbox"/>	Menor preço por item
<input type="checkbox"/>	Menor preço por grupo de itens
<input type="checkbox"/>	Menor preço global
<input checked="" type="checkbox"/>	Maior desconto





() Outro:

14 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Os critérios de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão previstos no edital.

14.2. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor será:

14.2.1 Qualificação técnica:

14.2.1.1 apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) esteja expressa a aptidão técnica do interessado no ramo de atividade objeto da contratação. O licitante deverá comprovar a prestação de serviço de gerenciamento de manutenção de frota, com no mínimo dezessete veículos, com sistema informatizado, em contrato com vigência de, no mínimo, doze meses.

14.2.1.1.1 A organização emitente do atestado de capacidade técnica deverá ser usuária do objeto fornecido, não sendo aceitos atestados emitidos por quaisquer intermediários.

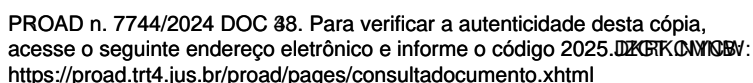
15 SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. As sanções relativas a advertências, inexecução total ou parcial, impedimento de licitar e contratar e, se for o caso, declaração de inidoneidade serão previstas no edital.

15.2. Na hipótese de atraso na entrega do bem e/ou da prestação do serviço, a contratada estará sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação objeto do atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

15.3. Na hipótese de atraso na conclusão dos chamados de garantia, a contratada estará sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor objeto em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

Equipe de Planejamento da Contratação	
<i>Documento assinado digitalmente</i> George Jefferson de Oliveira Felício Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> Wolmar Augusto Cozubek Mallet Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> Rudimar Mendes de Souza Integrante Demandante	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Anexo I - FORMULÁRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto:	Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado
----------------	--

Unidade Requisitante:	Divisão de Transportes	Responsável(is) pela pesquisa de preços:	João Alberto Prestes Baptista
------------------------------	------------------------	---	-------------------------------

Nº Item	Descrição	Quantidade	Código Catálogo Comprasnet	Unidade	Fonte 1 Valor Unitário (fls. 12)	Fonte 2 Valor Unitário (fls. 15)	Fonte 3 Valor Unitário (fls. 32)	Metodologia de Cálculo	Desconto Mínimo Estimado
1	Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado	1	25518	serviço	3%	-5,01%	-0,6%	média	-0,87%
VALOR TOTAL ESTIMADO									R\$ 236.306,00
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO									17/9/2025

Observações:

1. A pesquisa de preços deve ser realizada de acordo com as recomendações do Guia de Pesquisa de Preços do TRT4.
2. Devem ser indicadas as páginas (folhas) que ratificam os preços lançados em cada uma das fontes utilizadas.
3. Não há necessidade de indicação do nome das fontes que originaram o valor estimado.
4. Na coluna “Metodologia de Cálculo”, deve ser indicada a metodologia utilizada para o valor estimado de cada um dos itens da contratação (média, mediana ou menor preço, etc).
5. A unidade requisitante poderá adaptar o presente formulário a sua necessidade, devendo atentar para a apresentação, no processo administrativo, em arquivo único, devidamente identificado.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ANEXO II - Frota de Veículos do TRT da 4.ª Região em Operação

item	marca/modelo	combustível	ano modelo	placas
1	Mercedes-Benz Sprinter Microonibus 415 c	diesel	2012	IUB-3449
2	Mitsubishi L200 TRITON SPT GL	diesel	2018	IYH-3017
3	Mitsubishi L200 TRITON SPT GL	diesel	2018	IYH-3029
4	Iveco Daily 50-180 (van)	diesel	2024	JCK-8E64
5	Peugeot Expert Cargo	diesel	2024	JCN-1C50
6	Peugeot Expert Vitré (minivan)	diesel	2024	JCN-1C56
7	Peugeot Expert Cargo	diesel	2025	JDL9B80
8	Peugeot Expert Cargo	diesel	2025	JDL9B82
9	Fiat Doblo Essence 1.8	flex	2013	ITI-9940
10	Nissan Sentra SV CVT	flex	2015	IXC-5089
11	Nissan Sentra SV CVT	flex	2015	IXC-5092





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

12	Nissan Sentra SV CVT	flex	2015	IXC-5097
13	Chevrolet Trailblazer Premier	diesel	2023	JBO-9G04
14	Chevrolet Trailblazer Premier	diesel	2023	JBQ-1G68
15	Ford Fusion GTDI	gasolina	2014	IWC-5536
16	Toyota Prius NGA TOP	gasolina	2017	IYG-1183
17	Toyota Prius NGA TOP	gasolina	2017	IYG-1196
18	Toyota Prius NGA TOP	gasolina	2017	IYG-1288
19	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C44
20	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C70
21	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C92
22	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C99
23	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3D03
24	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBU-0F04
25	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBU-0F14
26	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBU-0F23





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

27	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBS-3C78
28	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBS-3C87
29	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBT-1A25
30	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBT-1A34
31	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDJ-9B69
32	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDJ-9B70
33	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDJ-9B78
34	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDL-6C33
35	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDL-6C41





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão março/2023

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. OBJETO A SER CONTRATADO¹

Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Unidade/Setor:	Divisão de Transportes
Responsável:	Rudimar Mendes de Souza

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO²

A contratação de empresa especializada em sistema de manutenção de frota de veículos tem por objetivo assegurar a continuidade das atividades de transporte, provendo a manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos veículos oficiais, ação fundamental para a segurança dos usuários, conservação dos veículos e economia de combustível. A realização destes serviços fora do Tribunal é necessária considerando que o quadro de mecânicos do Tribunal é de apenas um servidor. Ressaltamos que grande parte da frota de veículos de trinta e cinco viaturas está em período de garantia, o que torna necessária a realização das revisões em oficinas credenciadas pelos fabricantes.

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA³

A estimativa de gastos em gerenciamento de serviços com manutenção preventiva, preditiva e corretiva da frota de veículos, incluindo, mão de obra, fornecimento de peças de reposição e demais produtos relacionados a manutenção preventiva especificada nos manuais dos fabricantes é de R\$ 238.379,91. Esse custo foi estimado com base na média do total de gastos, com manutenção veicular, nos

¹ Este campo deve conter a descrição de forma resumida do objeto a ser contratado.

² A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade da contratação, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.

³ Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

anos de 2022 e 2023 (corrigido pelo INPC), R\$ 112.019,64, e considerando a inflação prevista para os anos de 2026 e 2027. As despesas totais desconsideraram o ano de 2024 pois foi atípico com as enchentes que acometeram o Estado do Rio Grande do Sul.

**5. PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER ENTREGUE O BEM
OU INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Data ____/____/____ Motivo:

() Não se aplica

6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO⁴

A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do Tribunal?

() Sim – Qual?

- () Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
- (X) Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
- () Garantir a duração razoável do processo
- () Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados
- () Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
- () Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
- () Fortalecer a governança e a gestão estratégica
- () Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- () Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
- () Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

() Não

RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Rudimar Mendes de Souza
Chefe da Divisão de Transportes

⁴ A consulta detalhada aos objetivos estratégicos pode ser realizada no Plano Estratégico Institucional 2021-2026, disponível no site do Tribunal ([Planejamento Estratégico](https://proad.trt4.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml)).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão outubro/2023

INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO¹

1. OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO²

Nome	Tipo de Integrante ³ Demandante / Requisitante / Técnico / Outro	Unidade/Setor
George Jefferson de Oliveira Felicio	Requisitante	Secretaria de Segurança Institucional
Wolmar Augusto Cozubeck Mallet	Técnico	Divisão de Transportes
Rudimar Mendes de Souza	Demandante	Divisão de Transportes

Documento assinado digitalmente
João Luiz Peixoto da Silva
Diretor da Secretaria de Segurança Institucional

Equipe de Planejamento da Contratação

Os integrantes da equipe de planejamento da contratação declaram:

- ciência da sua nomeação, bem como possuir conhecimento das regras e diretrizes consignadas na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e na Lei nº 14.133/2021.
- conhecer o Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 e, em especial, as vedações contidas no art. 7º, incisos I e V, e artigo 9º da Portaria nº 4.573/2023.

¹ A formalização da equipe de planejamento da contratação é obrigatória para contratações que demandem Estudo Técnico Preliminar, sendo facultativa nas demais, a critério da unidade requisitante.

² A equipe de planejamento deverá ser composta por, ao menos, 2 servidores, sendo obrigatória a participação de um representante da unidade requisitante. Cabe à unidade requisitante verificar qual será a composição da equipe de planejamento.

³ Integrante Demandante: servidor representante da unidade demandante que assinou o DFD;
Integrante Requisitante: servidor representante da unidade requisitante responsável pelo encaminhamento da contratação;
Integrante Técnico: servidor representante da unidade técnica, que detém os conhecimentos
Outro: servidor representante de outra unidade que não seja a unidade demandante, requisitante e técnica.

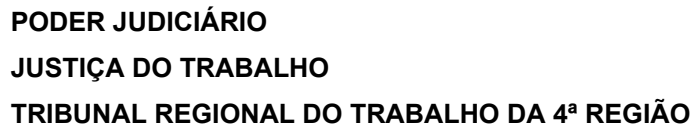




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

<i>Documento assinado digitalmente</i> George Jefferson de Oliveira Felicio	<i>Documento assinado digitalmente</i> Wolmar Augusto Cozubek Mallet
<i>Documento assinado digitalmente</i> Rudimar Mendes de Souza	





Objeto:

Gestor:

Emilio Campo Neto

Divisão de Transportes

Fiscal:

Paulo Ricardo Pereira

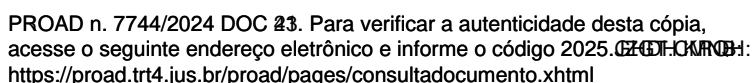
Divisão de Transportes

João Luiz Peixoto da Silva

Diretor da Secretaria de Segurança Institucional

Os servidores designados, e seus substitutos, declaram:

- Ciência da sua indicação para compor equipe de gestão e fiscalização da contratação a ser formalizada para o objeto descrito acima;
- Conhecer suas atribuições descritas no instrumento contratual, no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Tribunal e nas regras e diretrizes consignadas na Lei 14.133/2021;
- Conhecer o Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 e, em especial, a vedação de atuar como gestor ou fiscal de contratação formalizada com pessoa física ou jurídica com quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, ou que seja ou tenha em seu quadro societário seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- Compreender que suas funções englobam aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os produtos/serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, quando for o caso, bem como prestar apoio à instrução processual, dentre outras;
- Ciência de que suas atribuições na presente contratação permanecerão até o final da vigência de quaisquer serviços ou obrigações acessórias da contratada, independente da vigência contratual;
- Que comunicarão eventuais impedimentos após a assinatura do contrato.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.

A descrição da necessidade da contratação consta no Documento de Formalização da Demanda.

3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL

O alinhamento com o planejamento estratégico consta no Documento de Formalização da Demanda.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL¹

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA?

(X) Sim: ID da Demanda n.º SECSEG12 () Não

5. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

- Contratação correlata: aquela cujo objeto seja similar ou correspondente ao da contratação pretendida.
- Contratação interdependente: aquela que, por guardar relação direta na execução do objeto, deve ser contratada juntamente para a plena satisfação da necessidade da demanda ou que poderá afetar ou ser afetada pela execução da contratação pretendida.

Sugere-se a integração, a esta contratação, do serviço de fornecimento e de gerenciamento de combustíveis e de Arla 32 para a frota e geradores do

¹ O Plano de Contratações é regulamentado pela Portaria GP.TRT4 nº 4.924/2022, que estabelece quais tipos de contratação devem, obrigatoriamente, estar previstas no plano.



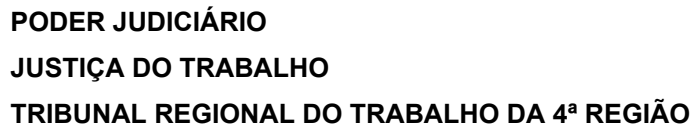


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

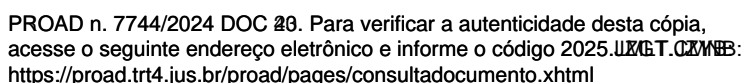
Tribunal. A exemplo do TRE-RS, que já adota esse modelo com sucesso, a implementação pode ser feita em momento oportuno.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
<ul style="list-style-type: none">➤ Relacionar e justificar os requisitos mínimos e essenciais para o atendimento da demanda.➤ Justificar detalhadamente a necessidade dos requisitos que limitem a concorrência no certame.		
TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Negócio	A empresa contratada deverá fornecer sistema, via internet, para o gerenciamento da contratação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de frota de veículos	Permitir o gerenciamento das solicitações, inclusive tomadas de orçamentos/propostas, de manutenção e recebimento das notas fiscais de forma organizada.
	A contratada deverá prestar suporte técnico através de serviço de atendimento ao cliente, por central de atendimento telefônico, com atendimento em dias úteis, em horário comercial	Para prestar suporte técnico no caso de falha do sistema para gerenciamento da contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.
Capacitação	Promover curso, de no mínimo, três horas, em até duas etapas, para a operação da plataforma via internet, podendo ser presencial ou <i>online</i> (caso seja online, o treinamento deverá ser gravado para disponibilização posterior, assim como deverá ser disponibilizada uma reunião para dirimir dúvidas)	Treinar os recursos humanos da Seção de Transportes para operar a plataforma de gerenciamento corretamente e de forma eficiente.
	Disponibilizar os manuais da plataforma via internet, em formato .PDF, no idioma português	Transferência de conhecimento ref. operação do sistema.
Legais	Lei n.º 14.133/2021	Lei que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
	Lei n.º 4.150/62	Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida,





Garantia e Manutenção





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	três contas de usuário e duas de administrador)	
	O sistema de gerenciamento informatizado deverá possibilitar a extração de relatório gerenciais e operacionais	Instrumentalizar a equipe de gestão com ferramenta de informações para fiscalização, controle e tomada de decisões, além de disponibilizar os documentos de gestão necessários ao pagamento dos serviços e produtos utilizados.
	Possuir, no mínimo, sessenta oficinas credenciadas no município de Porto Alegre e vinte oficinas credenciadas na região metropolitana de Porto Alegre	Garantir a quantidade adequada de oficinas para que haja a diversidade de empresas que atendam todas as marcas e tipos de veículos da frota do TRT4 e também para a obtenção de serviços de qualidade.
	Possuir em sua rede credenciada, no mínimo, duas concessionárias, na região metropolitana de Porto Alegre; se não houver, precisarão estar disponíveis no Estado do Rio Grande do Sul, no município mais próximo da capital, para cada marca de veículos da frota do Tribunal, a saber: Chevrolet, Fiat, Ford, Iveco, Mercedes-Benz, Mitsubishi, Nissan, Peugeot e Toyota	Permitir a escolha da opção da concessionária, mais barata e próxima do TRT4, para efetuar os serviços de veículos em garantia.
Modelo de Prestação do Objeto	Local de entrega ou execução dos serviços	Não se aplica.
	Modelo de prestação dos serviços	A empresa contratada deverá fornecer plataforma, via internet, para o gerenciamento da contratação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva.
Capacitação e experiência profissional da equipe	Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expressando a aptidão, no ramo de prestação de serviço de gerenciamento de manutenção de frota, por meio de sistema informatizado,	A empresa a ser contratada deverá possuir experiência compatível com a natureza e o quantitativo dos serviços a serem prestados.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	demonstrando, no mínimo, contrato com dezessete veículos, e vigência de, no mínimo, vinte e quatro meses	
	Entre as atividades econômicas da empresa deverá constar Atividades de intermediação e agenciamento de serviços ou atividades similares ao objeto	Selecionar empresas que estejam habilitadas para a prestação do serviço objeto da contratação.
Outros requisitos	Exigir das oficinas credenciadas a observância das normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao ambiente, de acordo com o disposto na legislação nacional.	Requisitos legais.
	Os valores cobrados pelas empresas credenciadas precisam ser compatíveis com os preços de mercado para o fornecimento de peças e o reparo de veículos. No caso de revisões de carros ainda na garantia, realizadas em concessionárias, os orçamentos devem seguir os preços tabelados pelos fabricantes, sem a inclusão de valores extras.	Para evitar sobrepreços nas manutenções dos veículos.

7. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

- Analisar o Guia de Contratações Sustentáveis do TRT4.



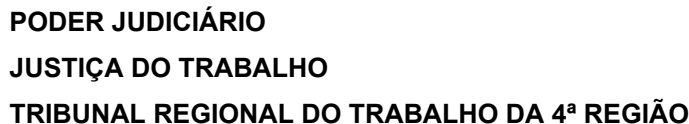


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

➤ Exemplo de medidas mitigadoras: requisitos de baixo consumo de recursos naturais, logística reversa, reciclagem e destinação final dos resíduos gerados em decorrência da contratação, etc.	
IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDAS MITIGADORAS
Descarte de óleo lubrificante	Logística reversa do óleo lubrificante usado.
Descarte de pneus usados	Logística reversa dos pneus usados.
Descarte de baterias e pilhas	Logística reversa das baterias e pilhas.
A contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável? (X) Sim () Não () Não se aplica	

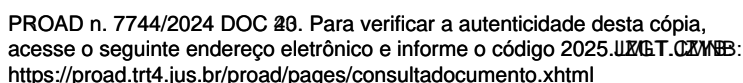
8. LEVANTAMENTO DE MERCADO CONSULTAS E ESTUDOS REALIZADOS	
AÇÃO	DOCUMENTAÇÃO GERADA
Consulta ao fornecedor Prime	E-mails e orçamento.
Consulta à contratação do órgão Prefeitura Municipal de Porto Alegre	Contrato SECOM n.º 94185/2025.
Consulta à contratação do órgão TJ-RS	Contrato n.º 16/2024-DEC.
Consulta do Painel de Preços	Relatório da consulta realizada.





ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Memória de cálculo: -





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar	<p>Solução escolhida:</p> <p>() Sim - Justificativa <u>técnica</u> e <u>econômica</u> da solução escolhida:</p> <p>(X) Não - Justificativa: solução inviável haja vista a extinção do cargo de técnico judiciário especialidade mecânica, no quadro do Tribunal e do custo, provavelmente, maior, para a manutenção de estoque de peças de reposição.</p>
--	---

Descrição da Solução 2	Contratações autônomas para pequenos consertos e manutenções preventivas e corretivas para os veículos da frota
Atendimento aos Requisitos	<p>A solução atende a todos os requisitos da contratação especificados no item 6 deste documento?</p> <p>() Sim (X) Não atende ao requisito Negócio - A empresa contratada deverá fornecer sistema, via internet, para o gerenciamento da contratação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de frota de veículos.</p>
Estimativa do valor da contratação (a eventual falta de estimativa de valor da solução deve ser justificada)	<p><u>Valor estimado:</u> além do valor estimado na Solução 3, seria necessário adicionar o custo de realizar vários outros processos de contratação apartados, inclusive por dispensa de licitação e por suprimentos de fundos, neste caso, em caso de urgências, mantendo um grande número de processos de contratação, em comparação com a solução escolhida e ocupando parcela considerável de dedicação de várias áreas do Tribunal, onerando, dessa forma, com essas contratações, a instituição e resultando em um custo significativamente superior ao informado na Solução 3.</p> <p><u>Memória de cálculo:</u> -</p>



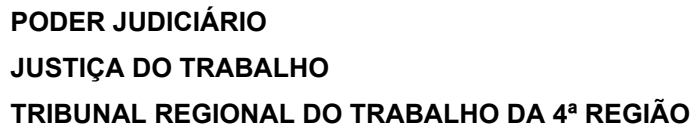


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar	<p>Solução escolhida?</p> <p>() Sim - Justificativa <u>técnica</u> e <u>econômica</u> da solução escolhida:</p> <p>(X) Não - Justificativa: solução mais onerosa econômica e financeiramente.</p>
---	---

Descrição da Solução 3	Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado
Atendimento aos Requisitos	<p>A solução atende a todos os requisitos da contratação especificados no item 6 deste documento?</p> <p>(X) Sim () Não atende ao requisito _____</p>
Estimativa do valor da contratação (a eventual falta de estimativa de valor da solução deve ser justificada)	<p><u>Valor estimado:</u> R\$ 236.306,00</p> <p><u>Memória de cálculo:</u> com base nas despesas médias com manutenção nos anos de 2022 e 2023, corrigidas, mês a mês, até agosto de 2025 pelo INPC (R\$ 224.039,28), considerando-se uma contratação de vinte e quatro meses e as inflações projetadas para os anos de 2026 e 2027, segundo o IPCA, resulta em uma despesa estimada de R\$ 238.379,91. O valor mínimo da taxa de administração calculado foi de -0,87%. Assim, aplicando a taxa de desconto de 0,87% resulta em, aproximadamente, R\$ 236.306,00.</p>
Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar	<p>Solução escolhida?</p> <p>(X) Sim - Justificativa <u>técnica</u> e <u>econômica</u> da solução escolhida:</p>





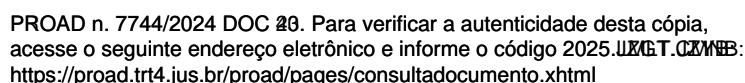
() Não - Justificativa:

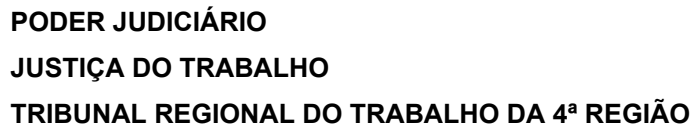
- Explicitar a solução que melhor atenderá à necessidade do Tribunal.
- Relacionar as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.
- Justificar, se for o caso, a vigência contratual inicial por prazo superior a 12 (doze) meses.

Serviço de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças novas, por meio da implantação de sistema informatizado, via internet, e rede de estabelecimentos credenciados, para atender os veículos automotores pertencentes à Frota do TRT da 4.^a Região.

- Justificar as quantidades da contratação, informando as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- Exemplos de memórias de cálculos: consumos registrados em exercícios anteriores, número de usuários, dimensões, etc.

Nº Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Justificativa / Memória de Cálculo
1	Serviço de Gerenciamento de Manutenção	serviço	R\$ 236.306,00	Com base nas despesas médias com manutenção nos anos de 2022 e 2023, corrigidas, mês a mês, até agosto de 2025 pelo INPC (R\$ 224.039,28), considerando-se uma contratação de vinte e quatro meses e as inflações projetadas para os anos de 2026 e 2027, segundo o IPCA, resulta em uma despesa estimada de R\$ 238.379,91. Considerando que a taxa de administração média do estudo resultou em -0,87% (média entre 3%, -0,6% e - 5,01%), ou seja, uma taxa de desconto de 0,87%, o valor estimado resulta em, aproximadamente, R\$ 236.306,00.





- O parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que a sua divisão seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala.
- O não parcelamento do objeto deverá ser devidamente justificado com a demonstração das razões técnicas, administrativas e econômicas que o inviabilize.
- Devem ser considerados:
 - a responsabilidade técnica;
 - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
 - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

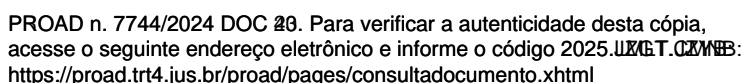
Não se aplica.

➤ Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

Tipo	Detalhamento
(X) Ganho de produtividade	Redução de processos administrativos.
() Redução de esforço	
() Redução de custo	
() Redução de uso de recursos	
(X) Melhoria de controle	Proporcionará modernização e governança aprimorada na gestão da manutenção da frota oficial de viaturas do Tribunal.
() Redução de riscos	
() Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa	
() Melhoria/adequação nas instalações físicas	
() Outro	

➤ Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção de atividades administrativas decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

() Não se aplica
(X) Sim – Justificativa: necessária para manter a frota de veículos automotores do Tribunal mantida com economia, segurança e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
Tipo	Detalhamento
(X) Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação	Treinamento de uso da plataforma.
() Instalação elétrica	
() Instalação lógica	
() Alteração de layout	
() Outra	
() Não se aplica	

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO		
Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?	(X) Sim () Não	<u>Justificativa:</u> A contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado atende aos requisitos necessários para atendimento da demanda do Tribunal, conforme justificado no item 9 deste documento.

Equipe de Planejamento da Contratação	
<i>Documento assinado digitalmente</i> George Jefferson de Oliveira Felicio Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> Wolmar Augusto Cozubek Mallet Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> Rudimar Mendes de Souza Integrante Demandante	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão março/2023

MAPA DE RISCOS

OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Frota de Veículos, mediante Sistema Informatizado

Risco 1

Descrição do risco:	Atraso na contratação
Tipo:	(X) Planejamento da contratação (X) Seleção de Fornecedor
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alta
Dano potencial	
Ação Preventiva e Responsável:	Encaminhar a processo de contratação dentro do prazo planejado no Plano de Contratações. Monitorar o cumprimento dos prazos da contratação na fase de seleção do fornecedor. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência e Responsável:	Realizar contratação por dispensa de licitação. Responsável: Divisão de Transportes.

Risco 2

Descrição do risco:	Licitação deserta ou fracassada.
Tipo:	(X) Planejamento da contratação (X) Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alta
Dano potencial	Veículos da frota impossibilitados de rodar por falta de manutenção.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Ação Preventiva e Responsável:	Realizar o estudo técnico preliminar detalhado das especificações e preços de mercado. Definir critérios razoáveis de aceitabilidade do produto/serviço. Encaminhar a contratação com tempo hábil para a repetição. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação.
Ação de Contingência e Responsável:	Repetir a licitação, sanando eventuais falhas que possam ter criado obstáculos na seleção dos fornecedores. Realizar dispensa de licitação. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação.

Risco 3	
Descrição do risco:	Contratação de empresa inexperiente para prestação do objeto
Tipo:	(X) Planejamento da contratação (X) Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alta
Dano potencial	Baixa qualidade na prestação dos serviços. Dano ao erário. Insatisfação dos servidores/magistrados.
Ação Preventiva e Responsável:	Exigir atestados de capacidade técnica que demonstrem a experiência da empresa na prestação de objeto compatível com o da contratação. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência e Responsável:	Encaminhar processo para aplicação de sanções previstas para quaisquer descumprimentos do objeto. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 4	
Descrição do risco:	Não atendimento dos prazos e condições contratados
Tipo:	() Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor (X) Gestão do Contrato
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alta
Dano potencial	
Ação Preventiva e Responsável:	Monitorar o cumprimento dos prazos de atendimento, alertando a contratada sobre a possível aplicação de sanções em caso de não cumprimento. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
Ação de Contingência e Responsável:	Acionamento da garantia contratual, se houver. Encaminhar processo para a aplicação de sanções cabíveis. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Equipe de Planejamento da Contratação	
<u>Documento assinado digitalmente</u> George Jefferson de Oliveira Felicio	<u>Documento assinado digitalmente</u> Wolmar Augusto Cozubek Mallet
<u>Documento assinado digitalmente</u> Rudimar Mendes de Souza	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Proad nº 7744/2024

ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA

Item	Descrição	Valor Estimado da contratação (R\$)	Percentual de desconto * (%)
1	Prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet , compreendendo o orçamento de materiais e serviços especializados de manutenção, por meio de rede de lojas e oficinas credenciadas, pela contratada, para atender aos veículos oficiais da frota do TRT4, na capital e na região metropolitana de Porto Alegre.	236.306,00	@,@@

* o percentual de desconto **mínimo** admitido é de **0,87%**

DADOS DA LICITANTE:

Razão social: _____
CNPJ: _____
Endereço (CEP, cidade, estado): _____
E-mail: _____
Telefone: _____
Falar com: _____

Assinatura do representante da empresa



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 19/90019/2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
PROAD 7744/2024

ANEXO III DO EDITAL

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARAÇÃO

(nome/razão social) _____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins dos
benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, ser microempresa ou empresa
de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos
impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da mesma lei.

Outrossim, DECLARA que no ano-calendário de realização desta licitação, a empresa
ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados
extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como
empresa de pequeno porte.

Porto Alegre, ____ de _____ de 202____.

(representante legal)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONTRATO TRT4 Nº ____/2025

CONTRATO DE GERENCIAMENTO DE
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA
DE FROTA DE VEÍCULOS, MEDIANTE
SISTEMA INFORMATIZADO, QUE ENTRE SI
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 4ª REGIÃO E _____.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, com sede na AV. Praia de Belas, nº 1.100, em Porto Alegre/RS, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Exmo. Presidente, Desembargador **RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA**, e, de outro lado, _____, inscrita no C.N.P.J.M.F. sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, inscrito no C.P.F.M.F. sob o nº _____, ajustam entre si este contrato, o qual reger-se-á pelas condições adiante discriminadas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, utilizando a implantação e a operação de **um sistema informatizado e integrado, via internet**, compreendendo o orçamento de materiais e serviços especializados de manutenção, por meio de rede de lojas e oficinas credenciadas, pela CONTRATADA, para atender aos veículos oficiais da frota do CONTRATANTE, na capital e na região metropolitana de Porto Alegre, conforme discriminação constante no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos, do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2025.

Parágrafo Primeiro. Os veículos oficiais da frota do CONTRATANTE são aqueles elencados no **Anexo único** deste instrumento.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá apresentar, **no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato**, uma lista de sua **rede credenciada, capaz de atender às marcas dos veículos descritas no Anexo único** deste contrato **com, no mínimo:**

- a) 3 (três) oficinas mecânicas e 3 (três) lojas de autopeças no município de Porto Alegre/RS para cada marca de veículo descrita no Anexo único.
 - a.1) Para atendimento do quantitativo da alínea “a”, um mesmo estabelecimento poderá atender a mais de uma marca.
- b) 2 (duas) concessionárias para cada marca de veículos descrita no Anexo Único, credenciadas na região metropolitana, sendo que:
 - b.1) no mínimo 1 (uma) concessionária credenciada de cada marca de veículos deverá estar em Porto Alegre, quando a marca possuir representação no município.
 - b.2) se não houver representação da marca na região metropolitana de Porto Alegre, as concessionárias precisarão estar disponíveis no Estado do Rio Grande do Sul, no município mais próximo da capital.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

- b.3)** As 2 (duas) concessionárias mencionadas na alínea “b” podem ser contabilizadas para o cumprimento dos quantitativos mínimos de oficinas e lojas de autopeças da alínea “a”.
- b.4)** Sempre que possível, será exigido que as concessionárias credenciadas sejam de diferentes grupos empresariais.
- c)** Na hipótese de o CONTRATANTE incluir veículos na frota com **marca(s) não prevista(s) inicialmente no Anexo Único** e que demande(m) o credenciamento de novos estabelecimentos, a CONTRATADA terá o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados da comunicação formal da inclusão, para providenciar o credenciamento de sua rede para atendimento à(s) nova(s) marca(s). A inclusão de marca(s) não prevista(s) inicialmente deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao contrato.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato a rede de credenciadas com os quantitativos referidos no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA. A contratação pretendida objetiva atender aos seguintes itens:

- a)** manutenção mecânica preventiva, preditiva e corretiva e de garantia de fábrica;
- b)** manutenção elétrica;
- c)** serviço de lanternagem;
- d)** serviço de estofaria;
- e)** serviços de geometria e de balanceamento de rodas, simples e computadorizados;
- f)** serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves e cartões de ignição automotivos e pilhas de controles remotos;
- g)** serviços de manutenção de ar condicionado automotivo;
- h)** serviços de vidraçaria em geral, incluindo a colocação e a retirada de películas de controle solar;
- i)** fornecimento de todo e qualquer componente (peças) e/ou acessório automotivo;
- j)** serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares luminosos e sonoros;
- k)** serviços de pintura, polimento, cristalização;
- l)** serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;
- m)** lavagem de motores e estofamentos.

Parágrafo Primeiro. A prestação dos serviços e fornecimento de peças, descritos no *caput*, deverá atender a frota de veículos atual ou futura do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Da frota de veículos prevista, de acordo com o Anexo único deste instrumento, as seguintes viaturas, estarão em garantia nos ano de 2025:

- a)** todos os veículos Toyota Prius (somente as baterias híbridas);
- b)** todos os veículos Toyota Corolla;
- c)** todos os veículos Toyota Corolla Cross;
- d)** todos os veículos Chevrolet Trailblazer;
- e)** todos os veículos Peugeot Expert;
- f)** todos os veículos Fiat Fastback;
- g)** o veículo Iveco Daily.

CLÁUSULA TERCEIRA. A CONTRATADA deverá:

- a)** fornecer sistema, via internet, para o gerenciamento da contratação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva;
 - a.1)** O sistema deverá permitir o cadastramento de, pelo menos, cinco contas de acesso com logins independentes (no mínimo, **três contas** de usuário e **duas** de administrador).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

- b) disponibilizar suporte técnico através de serviço de atendimento ao cliente, por central de atendimento telefônico, com atendimento em dias úteis, em horário comercial;
- c) promover capacitação, de, no mínimo, **três horas**, em até duas etapas, para a operação da plataforma via internet, podendo ser presencial ou online (neste caso, o treinamento deverá ser gravado para disponibilização posterior, e deverá ser disponibilizada uma reunião para dirimir dúvidas);
- d) disponibilizar os manuais da plataforma via internet, em formato eletrônico (PDF), no idioma português.

Parágrafo Único. O sistema deverá ser implementado em até **dez dias úteis** após a assinatura deste instrumento, com o início da prestação dos serviços no mesmo prazo.

DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO DA FROTA

CLÁUSULA QUARTA. Para execução dos serviços objeto do presente instrumento, a CONTRATADA deverá:

- a) implantar e operacionalizar, junto ao CONTRATANTE, um sistema informatizado, via internet, por meio de rede de lojas e oficinas credenciadas pela CONTRATADA, para atender os veículos oficiais da frota do CONTRATANTE, propiciando ao CONTRATANTE gestão e controle detalhado das informações;
 - a.1) O sistema de manutenção de frota de veículos, gerido pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreende o atendimento, orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados e os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos e restauração destes às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados;
- b) disponibilizar acesso a *software*, em ambiente *web*, para gerenciamento compartilhado da frota do CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos que a integram;
- c) credenciar, junto ao CONTRATANTE, num prazo máximo de **cinco dias** após o início do contrato, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que, porventura, surjam durante a execução do contrato, fornecendo telefone(s) fixo(s), celular(es), endereço(s) eletrônico(s) e todo e qualquer meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato do CONTRATANTE com a CONTRATADA;
- d) providenciar, em um prazo de até **trinta dias**, após a solicitação do CONTRATANTE, prorrogáveis, a critério do fiscal do contrato, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites de mercado, ou por quaisquer outras questões técnicas;
- e) disponibilizar, no sistema informatizado de manutenção de frota, relatórios gerenciais de controle das despesas;
- f) prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados em caso de impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico;
- g) manter, durante toda a vigência contratual, o quantitativo de estabelecimentos credenciados referidos no parágrafo segundo da Cláusula Primeira;
- h) informar a previsão de data de início e de término dos serviços nos orçamentos;
- i) exigir, das oficinas credenciadas, a observância das normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e também das normas de proteção ao ambiente, de acordo com o





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

disposto nas Resoluções Conama Nº 362/2005 e Nº 416/2009 e no artigo 1º da Lei Nº 4.150/1962, não se tratando de um critério de habilitação para a empresa gerenciadora;

Parágrafo Primeiro. O modelo de gerenciamento integrado deverá possibilitar a aquisição, pelo CONTRATANTE, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidos pelas seguintes características e procedências:

- a) originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo;
- b) originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo;
- c) de outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, mediante solicitação ou autorização formal do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas do CONTRATANTE, não deverá ser superior a **um dia útil**. O sistema deverá ser compatível com o sistema operacional dos computadores utilizados pelo CONTRATANTE, atualmente, Windows 10 e Windows 11, navegadores e ferramentas padrões Microsoft e LibreOffice, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer *softwares* adicionais necessários ao seu acesso.

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO COMPARTILHADO

CLÁUSULA QUINTA. O sistema de gerenciamento compartilhado envolve os seguintes processos:

- a) o CONTRATANTE faz a solicitação do serviço/fornecimento de peças, diretamente a uma das empresas credenciadas da CONTRATADA;
- b) a credenciada emite um orçamento, discriminando todas as peças e serviços a serem executados;
- c) o CONTRATANTE envia o orçamento, sem os respectivos valores cotados, para outras duas empresas credenciadas através do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA, com a finalidade de confrontar os preços apresentados com aqueles praticados no mercado;
- d) somente o CONTRATANTE é quem pode autorizar a execução dos orçamentos previamente apresentados;
- e) a oficina credenciada executa os serviços e substitui as peças autorizadas pelo CONTRATANTE;
- f) a oficina credenciada fornecerá à CONTRATADA as notas fiscais referentes aos materiais fornecidos e serviços executados;
- g) a CONTRATADA é responsável pelo recebimento e conferência das notas fiscais/faturas das credenciadas e, posteriormente, as envia ao CONTRATANTE;
- h) o sistema de manutenção de frota deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, no qual devem ser identificadas todas as transações efetuadas cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e/ou de aquisição de peças.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO A SEREM EXECUTADOS

CLÁUSULA SEXTA. A manutenção e conservação dos veículos do CONTRATANTE, através de reparação automotiva, revisões em garantia, revisões preventivas e corretivas, realizado por rede credenciada de oficinas, deverá atender aos serviços de mão de obra, com fornecimento de peças, acessórios e materiais específicos, necessários à correta manutenção do veículo, incluindo-se:

- a) **Mecânica geral:** consiste em serviços de mecânica em motor, retífica de motor, caixa de câmbio, bomba injetora e reparo, injeção eletrônica, velas, bomba e bicos e válvulas injetoras, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins, incluindo-se a manutenção de garantia, a ser realizada, exclusivamente, na concessionária autorizada do fabricante do veículo;
- b) **Lanternagem:** consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio e madeira (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins;
- c) **Pintura:** consiste em serviços de pintura automotiva externa e interna com polimento, cristalização, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, inclusive pintura em estufa, e todos os outros serviços afins;
- d) **Estofaria:** consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e coberturas internas do veículo, incluindo não só a tapeçaria, como também a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins;
- e) **Sistema elétrico:** consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, como faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de pára-brisa e todos os outros serviços afins;
- f) **Sistema hidráulico:** consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção) e todos os outros serviços afins;
- g) **Borracharia:** consiste em remendos em pneus com e sem câmara de ar, fornecimento e troca de pneus, conserto ou substituição de câmaras de ar, colocação de rodas, calotas, desempenho e recuperação de rodas de aço ou de liga leve, válvulas para pneus e todos os outros serviços afins;
- h) **Balanceamento e geometria - inclusive cambagem e câster:** consiste em serviços de regulagem, simples e computadorizada, do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins, além do fornecimento de materiais relativos a esses serviços;
- i) **Suspensão:** consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins;
- j) **Vidraceiro:** consiste nos serviços de substituição de vidros frontais, traseiros, laterais, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento de para-brisa, instalação e retirada de películas de controle solar e todos os outros serviços afins;
- k) **Ar-condicionado:** consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento/aquecimento do ar do interior do veículo, inclusive substituição e ou carga de gás refrigerante, de elemento filtrante, conserto e substituição de compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins;
- l) **Lubrificação, filtros e fluidos:** consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, da caixa de câmbio, do diferencial e da direção hidráulica. Substituição dos filtros de óleo e de combustível, além dos fluidos de freio e arrefecimento e todos os outros serviços e materiais afins;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

- m) **Lavagem técnica:** consiste nos serviços de polimento, enceramento, cristalização, com aplicação de desengraxantes, silicone, de motor e de chassi e todos os outros serviços afins;
- n) **Acessórios:** consiste nos serviços de instalação, reparo, substituição e verificação de todos os acessórios do veículo, dispositivos luminosos, de imagem ou sonoros, com substituição de peças e todos os outros serviços/materiais afins;
- o) **Chaveiro:** consiste nos serviços de abertura de portas de veículos, assim como na confecção de cópias de chaves simples, codificadas ou de cartões de ignição automotivos, substituição de pilhas de controles remotos, conserto de fechaduras de portas de veículos, de ignição e todos os outros serviços/materiais afins;
- p) Serviço de diagnóstico de defeitos mecânicos, elétricos ou eletrônicos;
- q) Serviço de avaliação de desgaste de componentes das viaturas da frota oficial para prever falhas antes que aconteçam, monitorando o desempenho e o estado dos componentes dos veículos por meio de inspeções (manutenção preditiva);
- r) outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos necessários, ou por orientação do CONTRATANTE, desde que a natureza esteja contemplada no objeto da contratação.

DOS SERVIÇOS DE GARANTIA

CLÁUSULA SÉTIMA. Os serviços poderão ser prestados pelo fabricante do equipamento, pela rede de assistência técnica autorizada ou diretamente pela CONTRATADA, sempre sob responsabilidade desta última.

Parágrafo Primeiro. Serviços e peças de retífica de motor e seus sistemas, caixa de câmbio, diferencial, sistema de direção hidráulica, sistema de ar condicionado deverão ter garantia mínima de **180 (cento e oitenta) dias ou 15.000 km** (o que ocorrer por último).

Parágrafo Segundo. Serviços e peças de lanternagem e pintura deverão ter garantia mínima de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**.

Parágrafo Terceiro. Demais serviços e peças, exceto baterias automotivas, deverão ter garantia mínima de **90 (noventa) dias ou 5.000 km** (o que ocorrer por último).

Parágrafo Quarto. Baterias automotivas deverão ter garantia mínima de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**.

Parágrafo Quinto. Os serviços serão solicitados pelo CONTRATANTE mediante abertura de chamado, via chamada telefônica local ou DDG, e-mail ou internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer, no mínimo das 8h às 19h, em dias úteis.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA. A vigência deste contrato tem início com sua assinatura e encerra-se no prazo de **24 meses** contados do início da prestação dos serviços, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro. A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, na forma do artigo 106, inciso III e § 1º da Lei nº 14.133/2021 e dos §§ 7º e 8º do artigo 112 da Portaria GP.TRT4 nº 1.737/2023.

DO PREÇO

CLÁUSULA NONA. O CONTRATANTE pagará, mensalmente, à CONTRATADA os valores mensais correspondentes à manutenção em geral (preventiva e corretiva), fornecimento de peças, equipamentos e acessórios, pelo valor das notas fiscais, subtraído do percentual de desconto oferecido na licitação, de @ % (@ por cento).

Parágrafo Primeiro. Caberá a CONTRATADA reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor constante do orçamento previamente aprovado e efetivamente despendido, ficando claro que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos, que serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. O valor anual estimado para execução do objeto contratado é de R\$ @ (@@).

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA. O pagamento pelos **serviços efetivamente prestados/peças e materiais efetivamente utilizados**, subtraído do percentual de desconto oferecido, será realizado mensalmente, mediante crédito em conta corrente bancária indicada pela CONTRATADA, após a apresentação do documento fiscal correspondente, e dos procedimentos a seguir estabelecidos, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA emitirá, mensalmente, nota fiscal contendo os valores totais dos serviços de mão de obra executados e das peças e materiais utilizados em serviços pela rede de oficinas mecânicas credenciadas, discriminando, também, o desconto ajustado.

Parágrafo Segundo. Juntamente com a nota fiscal emitida pela CONTRATADA, deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE a ordem de serviço ou autorização emitida pelo gestor, bem como as notas fiscais das credenciadas, com a discriminação do valor dos serviços, peças e materiais.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, um relatório analítico do período faturado, discriminando as manutenções realizadas.

Parágrafo Quarto. O pagamento ocorrerá de acordo com os seguintes prazos e dinâmica:

- a) A CONTRATADA terá até o **5.º dia útil** do mês subsequente ao da prestação dos serviços para apresentação da nota fiscal/fatura;
- b) o CONTRATANTE terá **dez dias** úteis, após o ateste do gestor sobre as notas fiscais recebidas, para enviar a fatura para liquidação, desde que atendidos todos os requisitos estipulados neste documento;
- c) em caso de incorreções no documento fiscal ou nos documentos obrigatórios que o acompanham (ordem de serviço, orçamento), o referido prazo será retomado após apresentação do documento devidamente corrigido, cabendo à empresa promover





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

todas as correções solicitadas pelo gestor (Chefe da Divisão de Transportes), desde que reflitam exigências previamente estabelecidas.

Parágrafo Quinto. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para ateste, liquidação e pagamento.

Parágrafo Sexto. Por meio da URL <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a CONTRATADA terá acesso ao link do SIGEO - JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Se a CONTRATADA for optante do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a retenção dos tributos referidos no *caput* da Cláusula Décima somente deixará de ser efetuada caso a CONTRATADA apresente, juntamente com o documento fiscal do primeiro pagamento, a declaração de opção, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, art. 4º, inciso XI, e art. 6º. Havendo alteração na situação declarada, durante a vigência da contratação, a CONTRATADA deverá informar ao Tribunal, sob pena das cominações previstas na legislação tributária e criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no subitem 11.2 do Edital Pregão Eletrônico nº 19/2025 estarem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Na eventualidade de atraso no pagamento, entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos pelo CONTRATANTE:

- a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;
- b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e
- c) atualização financeira pelo IGP-DI.

Parágrafo Único. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da CONTRATADA para o atraso no pagamento.

DO CRÉDITO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As despesas oriundas do presente Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE nos exercícios de 202@ a 202@, Programa de Trabalho @, Elemento @.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. O percentual de desconto contratado será fixo e irrevogável, vigendo por todo período contratual, inclusive no caso de prorrogação da vigência.

Parágrafo Único. Na hipótese de prorrogação da vigência do contrato, o valor total estimado deverá ser atualizado com a incidência do reajuste na sua integralidade, a cada período de 12 meses contados a partir da data do orçamento estimado (**17.09.2025**) com base no IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicando-se sua variação a partir da referida data.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
- b) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- c) exigir de suas credenciadas que os serviços de manutenção preventiva e corretiva a que se refere esta contratação sejam realizados somente por empregados devidamente contratados e registrados;
- d) responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- e) não permitir, às suas credenciadas, a utilização de qualquer trabalho de pessoa menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- f) informar, às credenciadas, que é de inteira responsabilidade dessas, as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas aos recursos humanos;
- g) garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
- h) garantir que seus credenciados executem os serviços em perfeita conformidade com as cláusulas contratuais e forneçam os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste instrumento e em sua proposta;
- i) possibilitar ao CONTRATANTE adquirir, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, quaisquer serviços, componentes/peças, acessórios e outros materiais de uso automotivo indicados neste instrumento, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos;
- j) cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições do contrato, de forma que os serviços a serem executados mantenham os veículos em condições de perfeito uso e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se consertos, lubrificações, bem como todos os demais serviços recomendados para uma manutenção adequada;
- k) garantir que suas credenciadas executem fielmente, e dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações dos fabricantes e eventuais complementações do CONTRATANTE, conforme este instrumento, bem como que executem tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, utilizando-se de mão de obra especializada e de materiais que estejam dentro do prazo de validade;





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

- l)** fornecer os subsídios necessários à manutenção preventiva e corretiva e, face às obrigações assumidas, garantir que as credenciadas disponham de todas as ferramentas, equipamentos e instalações adequados ao tipo de serviço a ser realizado;
- m)** assumir integral responsabilidade, através do estabelecimento credenciado que realizar cada serviço/troca de peça, pela execução e eficiência dos serviços que efetuar;
- n)** exigir das suas credenciadas que utilizem mão de obra habilitada e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- o)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto deste contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar, dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- p)** informar às suas credenciadas que, sempre que houver necessidade de testes externos com os veículos do CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, tais testes poderão ser realizados em período noturno, devendo as credenciadas afixar placas de experiência, conforme Resolução Nº 969/2022 do Contran, devendo, ainda, nessas situações, afixar adesivo removível ou placa imantada com seu logotipo e o seguinte dístico “VEÍCULO EM MANUTENÇÃO” ou “VEÍCULO EM TESTE” na traseira do veículo e sobre os brasões ou elementos identificadores do CONTRATANTE, existentes na lataria do veículo, sendo de exclusiva responsabilidade das credenciadas a segurança pessoal do condutor que realizar os teste;
- q)** exigir que suas credenciadas obedeçam, quando em testes externos, às normas de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro, cabendo à CONTRATADA e às suas credenciadas a total responsabilidade, civil e penal, em caso de acidentes de trânsito ou cometimento de infrações com o veículo do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA apresentar o condutor e documentos solicitados pelo CONTRATANTE para o devido preenchimento da respectiva notificação de autuação expedida pelo órgão de trânsito;
- r)** garantir que os estabelecimentos de sua rede credenciada reparem, corrijam, removam, substituam, desfaçam e/ou refaçam, prioritariamente e exclusivamente às suas expensas, no total ou em parte, dentro de um prazo não superior àquele que foi originalmente concedido, as peças substituídas, os serviços que não atendam às especificações do fabricante ou que tenham sido executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, bem como aqueles que tenham sido recusados pelo CONTRATANTE. A correção das inconformidades citadas, quando estas decorrerem de culpa dos estabelecimentos credenciados, inclusive em razão do emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, não poderá ser invocada para justificar qualquer cobrança adicional, independentemente de sua verificação ocorrer no momento da aceitação da aquisição ou do serviço ou dentro do seu prazo de garantia;
- s)** responder pelos danos causados aos veículos e/ou bens do CONTRATANTE, quando resultantes de dolo, de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de suas credenciadas, empregados ou prepostos, obrigando-se a ressarcir-los;
- t)** manter o CONTRATANTE informado sobre o repasse dos pagamentos feito às empresas credenciadas;
- u)** disponibilizar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos a rede de estabelecimentos credenciados;
- v)** responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

- w) permitir que o CONTRATANTE tenha o livre acesso às instalações de suas credenciadas, para o acompanhamento dos serviços durante a sua execução;
- x) fornecer ao CONTRATANTE todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos;
- y) manter informados todos os estabelecimentos que fizerem parte de sua rede credenciada (oficinas, concessionárias, prestadoras de serviço, fornecedores de peças) de que cabe à CONTRATADA reembolsos de quaisquer natureza ou em quaisquer hipóteses, inexistindo qualquer relação financeira entre o CONTRATANTE e tais prestadores de serviço;
- z) garantir, **um mínimo de três orçamentos**, dos estabelecimentos credenciados, a cada solicitação de serviços, peças ou acessórios, para que o CONTRATANTE verifique o que for mais adequado ao caso; o não fornecimento de três orçamentos deverá ser justificado ao CONTRATANTE;
- z.1) o prazo para as conveniadas fornecerem os orçamentos deve ser de, no máximo, cinco dias úteis; caso contrário, no mesmo prazo, a empresa gerenciadora deverá formalmente justificar, por e-mail, o motivo do não fornecimento das propostas;
- z.2) os valores cobrados pelas empresas credenciadas precisam ser compatíveis com os preços de mercado para o fornecimento de peças e o reparo de veículos. No caso de revisões de carros ainda na garantia, realizadas em concessionárias, os orçamentos devem seguir os preços tabelados pelos fabricantes, sem a inclusão de valores extras.
- a.a) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 125 da Lei Nº 14.133/2021;
- a.b) fiscalizar a execução dos serviços solicitados, gerando relatórios que contenham as informações necessárias à identificação dos veículos objeto da manutenção, os laudos técnicos dos problemas apresentados e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação da troca de peças e demais equipamentos e/ou serviços aplicados;
- a.c) verificar as instalações, os equipamentos e quaisquer outras ferramentas utilizados, por suas credenciadas, para a execução dos serviços, observando as melhores técnicas de execução, de acordo com as especificações de fábrica e detalhes solicitados e/ou aprovados pelo CONTRATANTE;
- a.d) apontar, bem como executar, tudo o que não for explicitamente mencionado, quaisquer defeitos ou problemas constatados, mesmo que não haja informação por parte do CONTRATANTE, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que oportunamente aprovados pelo fiscal do contrato;
- a.e) apresentar, **no prazo máximo de dez dias**, contados da assinatura do contrato, a lista de sua rede credenciada referida no parágrafo segundo da Cláusula Primeira;
- a.f) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- a.g) relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- a.h) a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- a.i) manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Primeiro. Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, a Tabela Temporária (quando nela definido) e as condições mercadológicas. Contudo, os serviços simples e/ou de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de **um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, sendo que para as manutenções corretivas, o prazo não poderá ser superior a **120 (cento e vinte) horas**, contadas a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços que demandem maior tempo, desde que previamente informados ao fiscal do contrato e que ele aprove as justificativas apresentadas;

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA, o preposto e os empregados, vinculados à presente contratação, deverão conhecer e observar a Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023, que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Parágrafo Terceiro. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Quarto. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação. **(SE FOR ME-EPP, retirar aprendiz)**

Parágrafo Quinto. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o parágrafo acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento, por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema SIGEO - JT pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. São obrigações do CONTRATANTE:

- a)** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;
- b)** relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços;
- c)** sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- d)** efetuar os pagamentos devidos.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Primeiro. A fiscalização recusará o recebimento provisório do objeto, caso haja qualquer inconformidade com as normas, com a legislação vigente afeta ao serviço/objeto, com as especificações técnicas ou com qualquer disposição do presente contrato.

Parágrafo Segundo. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

Parágrafo Primeiro. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 4º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do *caput* desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 5º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do *caput* desta Cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 6º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

IV - Multa:

- a) Na hipótese de atraso na entrega do bem e/ou da prestação do serviço, a CONTRATADA estará sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação objeto do atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

b) Na hipótese de atraso na conclusão dos chamados de garantia, a CONTRATADA estará sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor objeto em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

c) Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da parcela não executada.

Parágrafo Segundo. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 3º, §1º, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#))

Parágrafo Terceiro. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 3º, §2º, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 18 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#))

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 12 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

III - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente ([art. 12, II, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Quarto. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#) e [Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

Parágrafo Sétimo. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 8º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Oitavo. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 31 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Nono. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 36 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#).

Parágrafo Décimo. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26/2022](#).

Parágrafo Décimo Primeiro. Da decisão proferida pela administração caberá recurso administrativo, que deverá ser apresentado no prazo de 15 dias úteis, contados da data da intimação, e encaminhado exclusivamente por e-mail para o endereço dq@trt4.jus.br.

Parágrafo Décimo Segundo. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

Parágrafo Décimo Terceiro. A defesa escrita e os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço dq@trt4.jus.br.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. A Gestão e a Fiscalização do contrato será exercida pelos seguintes servidores abaixo identificados:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Rudimar Mendes de Souza	Emilio Campo Neto	Divisão de Transportes
Fiscal:	Wolmar Augusto Cozubek Mallet	Paulo Ricardo Pereira	Divisão de Transportes

Parágrafo Primeiro. O gestor do contrato ficará responsável por:

- organizar a reunião inicial;
- encaminhar alterações contratuais;
- controlar prazos e indicadores contratuais;
- atestar notas fiscais;
- tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

Parágrafo Segundo. O fiscal do contrato ficará responsável por:

- participar da reunião inicial;
- acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

- c) conferir cumprimento de prazos contratuais;
- d) conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;
- e) conferir documentação exigida no contrato;
- f) verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;
- g) informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados;
- h) encaminhar demandas para a CONTRATADA por meio de ordens de serviço e/ou chamados;
- i) aferir as entregas da execução em relação ao objeto contratado;
- j) atestar se os requisitos de negócio da contratação foram atendidos.

Parágrafo Terceiro. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da CONTRATADA, do gestor e fiscal do contrato.

Parágrafo Quarto. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento	transportes@trt4.jus.br
Informações técnicas	seguranca@trt4.jus.br

DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. A extinção deste contrato poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração CONTRATANTE;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo Único. A extinção contratual será formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. Ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de transcrição, a íntegra do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2025 e seus Anexos, bem como a proposta apresentada na licitação pela CONTRATADA, nos termos em que esta não for contrária ao referido instrumento convocatório.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. Aplicam-se à execução deste contrato a Lei nº 14.133/2021 e a legislação complementar, vigente e pertinente à matéria.

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. As oficinas parceiras da empresa contratada deverão observar o disposto na Portaria ANP Nº 943/2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado.

DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. A CONTRATADA, em consonância com os princípios e normas constantes na Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4, instituída pela Resolução Administrativa nº 03/2017, deverá implementar, sempre que possível, na execução do objeto da contratação, políticas que respeitem e valorizem a diversidade, garantindo tratamento equânime e repudiando preconceitos e discriminações de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e de pessoas com deficiência.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA em ter ciência e cumprir as disposições da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4, a fiscalização ou a gestão contratual deverá, no início da execução do contrato, encaminhar à CONTRATADA cópia do referido documento, a fim de assegurar a plena ciência de seu conteúdo.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A CONTRATADA será Controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

Parágrafo Segundo. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105/2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

Parágrafo Terceiro. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

I. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes deste parágrafo.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE (Portaria TRT4 nº





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

2.036/2021), cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata esta Cláusula.

Parágrafo Quinto. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do objeto deste contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Parágrafo Sexto. O Encarregado indicado pela CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

Parágrafo Sétimo. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. Na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

Parágrafo Primeiro. Caso o CONTRATANTE verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis.

Parágrafo Segundo. Em caso de não atendimento à determinação constante no Parágrafo anterior, a CONTRATADA incorrerá em inexecução contratual, hipótese que poderá ensejar a extinção do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. A CONTRATADA obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da contratação, mediante envio de mensagem eletrônica para o endereço dlic@trt4.jus.br.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. As alterações de quaisquer condições do presente Contrato deverão sempre ser procedidas por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. É vedada a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do presente contrato, caso a empresa CONTRATADA venha a admitir empregados que





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de:

I - servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;

II - servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no procedimento licitatório;

III - o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;

IV - o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;

V - os membros ou juízes vinculados a este Tribunal (conforme o art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital deste Estado para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Assinantes:

Pelo CONTRATANTE:

Documento assinado digitalmente

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Presidente do TRT da 4ª Região

Pela CONTRATADA:

Documento assinado digitalmente

@@@@@@@@@@@@@@@@

CPF nº @@@@@@





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

Anexo Único do Contrato TRT4 nº @/2025

Frota de Veículos do TRT da 4.ª Região em Operação

Item	Marca/modelo	Combustível	Ano modelo	Placas
1	Mercedes-Benz Sprinter Microonibus 415 c	diesel	2012	IUB-3449
2	Mitsubishi L200 TRITON SPT GL	diesel	2018	IYH-3017
3	Mitsubishi L200 TRITON SPT GL	diesel	2018	IYH-3029
4	Iveco Daily 50-180 (van)	diesel	2024	JCK-8E64
5	Peugeot Expert Cargo	diesel	2024	JCN-1C50
6	Peugeot Expert Vitré (minivan)	diesel	2024	JCN-1C56
7	Peugeot Expert Cargo	diesel	2025	JDL9B80
8	Peugeot Expert Cargo	diesel	2025	JDL9B82
9	Fiat Doblo Essence 1.8	flex	2013	ITI-9940
10	Nissan Sentra SV CVT	flex	2015	IXC-5089
11	Nissan Sentra SV CVT	flex	2015	IXC-5092
12	Nissan Sentra SV CVT	flex	2015	IXC-5097
13	Chevrolet Trailblazer Premier	diesel	2023	JBO-9G04
14	Chevrolet Trailblazer Premier	diesel	2023	JBQ-1G68
15	Ford Fusion GTDI	gasolina	2014	IWC-5536
16	Toyota Prius NGA TOP	gasolina	2017	IYG-1183
17	Toyota Prius NGA TOP	gasolina	2017	IYG-1196
18	Toyota Prius NGA TOP	gasolina	2017	IYG-1288





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2025 – PROAD 7744/2024

Contrato TRT4 nº @/2025

19	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C44
20	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C70
21	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C92
22	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3C99
23	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBS-3D03
24	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBU-0F04
25	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBU-0F14
26	Toyota Corolla Altis Hybrid	flex	2023	JBU-0F23
27	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBS-3C78
28	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBS-3C87
29	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBT-1A25
30	Toyota Corolla Cross XRV Hybrid	flex	2023	JBT-1A34
31	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDJ-9B69
32	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDJ-9B70
33	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDJ-9B78
34	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDL-6C33
35	Fiat Fastback Turbo 200	flex	2025	JDL-6C41

